

DESPACHO N.º 167/2021

SUMÁRIO: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO IPSANTARÉM

O Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém), enquanto Instituição de Ensino Superior Pública, no âmbito da sua missão, reconhece o direito dos cidadãos à proteção dos seus dados pessoais, assegurando que o titular dos dados, que lhe confia o tratamento dos mesmos, tem conhecimento da finalidade e do processo de tratamento da informação prestada, bem como, quais os direitos que lhes assistem nesta matéria e a forma de exercício dos mesmos, nos termos e em conformidade com o disposto nos artigos 8.º n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia («Carta»), 16.º n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que executou na ordem jurídica nacional o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Para o efeito, impõe-se o estabelecimento de uma política de proteção de dados que, tendo por objetivo reforçar o compromisso e o respeito das regras de privacidade e de proteção de dados pessoais, assegure que, das mesmas, é dado conhecimento da finalidade e do processo de tratamento da informação fornecida pelos próprios titulares, bem como dos direitos que lhes assistem nesta matéria e da forma de exercício dos mesmos, nos termos e em conformidade com o disposto no RGPD.

Assim, no uso das competências que a lei me confere na matéria (cf. artigo 27.º n.º 2 alínea o), dos Estatutos do IPSantarém, homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de outubro, publicados no Diário da República, 2.ª Série, n.º 214, de 04 de novembro:

- a) Aprovo a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais do IPSantarém, constante do Anexo I ao presente despacho, do qual passam a fazer parte integrante;
- b) Determino que o presente despacho deve produzir efeitos à data da sua assinatura.

Santarém, 29 de junho de 2021

O Presidente do IPSantarém,



(Prof. Doutor João Miguel Raimundo Peres Moutão)



ANEXO

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE E DE PROTEÇÃO DE DADOS DO INSTITUTO
POLITÉCNICO DE SANTARÉM**

O INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM (IPSANTARÉM)

O Instituto Politécnico de Santarém, enquanto Instituição de Ensino Superior Pública, no âmbito da sua missão, reconhece o direito dos cidadãos à proteção dos seus dados pessoais, assegurando que o titular dos dados, que lhe confia o tratamento dos mesmos, tem conhecimento da finalidade e do processo de tratamento da informação prestada, bem como, quais os direitos que lhes assistem nesta matéria e a forma de exercício dos mesmos, nos termos e em conformidade com o disposto nos artigos 8.º n.º 1, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia («Carta»), 16.º n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e da Lei nº 58/2019 de 8 de agosto, que executou na ordem jurídica nacional o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A presente Política de Proteção de Dados Pessoais do Instituto Politécnico de Santarém tem como objetivo reforçar o compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais, sendo diretamente aplicável a todas as operações, que envolvam exclusivamente o tratamento de dados pessoais, desenvolvidas no âmbito das atividades prosseguidas por todos os seus serviços e Unidades Orgânicas.

O Instituto Politécnico de Santarém reconhece o direito à proteção dos seus dados pessoais, de todos os que interagem com a instituição e que a ela confiam o tratamento dos seus dados, assegurando que lhes é dado conhecimento da finalidade e do processo de tratamento da informação fornecida, bem como dos direitos que lhes assistem nesta matéria e da forma de exercício dos mesmos, nos termos e em conformidade com o disposto no RGPD.

O Instituto Politécnico de Santarém estabelece a presente Política de Proteção de Dados Pessoais, tendo em vista a facilitação da aplicação efetiva do RGPD no quadro das características e especificidades próprias que lhe são colocadas enquanto Instituição de Ensino Superior Pública, dando a conhecer à Comunidade Académica e aos restantes Utilizadores as regras gerais de privacidade e de tratamento dos dados pessoais que recolhe e trata de forma lícita, leal e transparente, no estrito respeito e cumprimento do quadro geral da Proteção de Dados vigente no ordenamento jurídico português.

Assim, são definidos os procedimentos para a solicitação, devidamente legitimada, ao acesso, à retificação ou ao apagamento de dados pessoais e estão a ser criados os mecanismos que facilitam o exercício do direito à limitação do tratamento, do direito de portabilidade e do direito de oposição e as regras que complementam as disposições, em matéria de proteção e tratamento de dados pessoais, previstas nos Termos e Condições que regulam a oferta dos diversos produtos e serviços e que se encontram devidamente publicitadas nos respetivos serviços específicos aos quais a comunidade académica e outros utilizadores recorrem.

Em conformidade com o novo modelo de governação das organizações instituído pelo RGPD, o Instituto Politécnico de Santarém nomeou um Encarregado da Proteção dos Dados Pessoais.

DADOS PESSOAIS

Para efeitos da presente Política de Dados Pessoais, entende-se por:

«Dados pessoais» a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»). Uma pessoa singular é considerada identificável caso possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.



CONSENTIMENTO

O consentimento do titular dos dados consiste numa manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, através da qual aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento.

O RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

A entidade responsável pela recolha e tratamento dos dados pessoais é o Instituto Politécnico de Santarém que, no seu contexto, decide quais os dados recolhidos, os meios de tratamento, o período de conservação e as finalidades em que os mesmos são utilizados.

TIPOLOGIA DE DADOS PESSOAIS RECOLHIDOS

O Instituto Politécnico de Santarém, no âmbito da sua atividade, recolhe e trata os dados pessoais necessários à prossecução da sua missão e atribuições, nos termos do disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprova o 2007, de 10 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), e dos seus Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 214, de 04 de novembro.

RECOLHA DOS DADOS PESSOAIS

O Instituto Politécnico de Santarém recolhe dados pessoais presencialmente, por telefone, por escrito ou através de sistemas informáticos. Os dados pessoais recolhidos são tratados, quer por meios não automatizados (por exemplo, ficheiros manuais), quer informaticamente e no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, sendo armazenados em bases de dados específicas, criadas para o efeito.

Os dados recolhidos não são utilizados para outra finalidade que não seja aquela para a qual foi dado o consentimento por parte do titular dos dados ou a condição de legitimidade do tratamento.

SOBRE A LEGALIDADE DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

No Instituto Politécnico de Santarém, o tratamento dos dados pessoais depende da verificação de condições de legitimidade e de verificação de licitude da finalidade desse mesmo tratamento, bem como da observância do princípio da proporcionalidade "*lato sensu*".

Em concreto, todo o tratamento de dados pessoais, no Instituto Politécnico de Santarém, só deve ocorrer, desde que:

- ✓ Seja necessário para a prossecução de interesses legítimos e se o titular dos dados tiver dado de forma inequívoca o seu consentimento;
- ✓ Seja necessário para a execução de um contrato ou para o cumprimento de alguma obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja adstrito;
- ✓ Seja necessário para a proteção de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- ✓ Seja necessário para o exercício de funções de interesse público ou no exercício de autoridade pública em que esteja investido o responsável pelo tratamento;
- ✓ Seja necessário para a prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.

SOBRE AS FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

As informações sobre o tratamento de dados pessoais são prestadas ao titular dos dados no momento da sua recolha ou, se os dados pessoais tiverem sido obtidos a partir de outra fonte, dentro de um prazo razoável, consoante as circunstâncias.

No momento da recolha dos dados, o Instituto Politécnico de Santarém faculta ao titular dos dados pessoais informações mais detalhadas sobre a utilização que dará à informação, designadamente:

- a) A identidade e os contactos do responsável pelo tratamento;
- b) Os contactos do encarregado da proteção de dados;
- c) As finalidades a que se destina o tratamento dos dados pessoais, bem como o fundamento jurídico para esse mesmo tratamento;
- d) Os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais;
- e) Os direitos do titular dos dados;
- f) O prazo de conservação dos dados ou os critérios usados para definir esse prazo;
- g) Quais os dados que tem de fornecer obrigatoriamente e quais são facultativos.

Os dados pessoais tratados pelo Instituto Politécnico de Santarém podem, legitimamente, ser transmitidos a terceiros quando se verificar o cumprimento de fins diretamente relacionados com as funções da Instituição.



Sempre que os dados pessoais forem suscetíveis de ser legitimamente transferidos para outro destinatário, o titular dos dados é informado previamente à comunicação dos dados pessoais a terceiros, sendo que, quando justificado, poderá exigir que os seus dados pessoais não sejam transferidos, desde que tal não prejudique o interesse vital e legítimo de uma das partes ou o interesse público.

Sempre que o Instituto Politécnico de Santarém tiver a intenção ou necessidade de tratar os dados pessoais para outro fim que não aquele para o qual tenham sido recolhidos, fornecerá, previamente, ao titular dos dados, informações sobre esse fim e outras informações necessárias.

Quando não for possível informar o titular dos dados da proveniência dos dados pessoais detidos, por se ter recorrido a várias fontes, deve ser fornecida toda a informação, que exista sobre essa mesma proveniência.

PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O período durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade do respetivo tratamento.

O Instituto Politécnico de Santarém deve conservar os dados pessoais de todos os seus estudantes e trabalhadores, no cumprimento das suas responsabilidades institucionais.

Os dados pessoais dos colaboradores e de terceiros que os forneçam para determinados fins, devem ser mantidos durante o período em que possa ser exigido algum tipo de responsabilidade derivada de uma relação jurídica, da execução de um contrato ou da aplicação de medidas pré contratuais, ou outros.

Sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados devem ser armazenados e conservados apenas pelo período necessário para cumprir as finalidades que motivaram a sua recolha e tratamento ou pelo período de tempo autorizado pela Autoridade de Controlo, findo o qual devem os mesmos ser eliminados.

O Instituto Politécnico de Santarém, em sede de tratamento para fins, de arquivo de interesse público, de investigação científica ou histórica, ou estatísticos, pode conservar os dados durante períodos mais longos, sem prejuízo de aplicar as garantias adequadas, nos termos da legislação em vigor, para os direitos e liberdades do titular dos dados. Essas garantias implicam a adoção de medidas técnicas e organizativas que visem assegurar, nomeadamente, o respeito do princípio da minimização dos dados.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Nos termos do quadro legal sobre a Proteção de Dados Pessoais, o Instituto Politécnico de Santarém garante ao titular dos dados o direito de acesso, atualização, retificação ou apagamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito endereçado ao encarregado de proteção de dados.

O titular dos dados pode solicitar que os seus dados pessoais sejam apagados quando se verifique uma das seguintes situações:

- a) Os dados pessoais deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) Retire o consentimento em que se baseia o tratamento de dados e não exista outro fundamento jurídico para o mesmo;
- c) Apresente oposição ao tratamento dos dados e não existam interesses legítimos prevalecentes, a avaliar caso a caso, que justifiquem o tratamento;
- d) Os dados pessoais tenham que ser apagados, ao abrigo de uma obrigação jurídica a que esteja sujeito o Instituto Politécnico de Santarém;
- e) Os dados pessoais tenham sido recolhidos no contexto da oferta de serviços do Instituto Politécnico de Santarém.

O “direito ao apagamento” não se aplica quando o tratamento seja necessário para os seguintes efeitos:

- a) Cumprimento de obrigações legais que exijam o tratamento e que se aplique ao Instituto Politécnico de Santarém;
- b) Exercício de liberdade de expressão e de informação;
- c) Motivos de interesse público no domínio da saúde pública;



- d) Fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, na medida em que o exercício do direito ao apagamento prejudique gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento;
- e) Declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

DIREITO À LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO

A limitação do tratamento permite ao titular solicitar ao Instituto Politécnico de Santarém que restrinja o acesso aos seus dados pessoais ou que suspenda as atividades de tratamento.

Pode requerer-se a limitação do tratamento dos dados pessoais nos seguintes casos:

- a) Contestação da exatidão dos mesmos, durante um período de tempo que permita ao Instituto Politécnico de Santarém proceder à sua verificação;
- b) Se o Instituto Politécnico de Santarém já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas se esses dados forem necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- c) Se tiver apresentado oposição ao tratamento, até que se verifique que os interesses legítimos do Instituto Politécnico de Santarém prevalecem sobre os seus.

DIREITO DE PORTABILIDADE

Pode solicita-se ao Instituto Politécnico de Santarém a entrega, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, os dados pessoais por si fornecidos, tendo, ainda, o direito de pedir que o Instituto Politécnico de Santarém os transmita a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

O direito de portabilidade apenas se aplica quando o tratamento:

- a) Se basear no consentimento expresso ou na execução de um contrato; e
- b) For realizado por meios automatizados.

O Instituto Politécnico de Santarém deve deixar, nesses casos, de tratar os respetivos dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas que prevaleçam sobre os seus interesses.

DIREITO A RETIRAR O SEU CONSENTIMENTO

O Instituto Politécnico de Santarém possibilita que o Interessado retire, a qualquer momento, o consentimento ao uso dos seus dados pessoais.

SOBRE AS MEDIDAS DE SEGURANÇA

O Instituto Politécnico de Santarém procura proteger os dados pessoais dos utilizadores através de diversas medidas técnicas e organizativas adequadas, estando em curso a implementação da utilização de mecanismos de cifra, de pseudo-anonimização, de autenticação federada, e outros mecanismos disponíveis, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos dados pessoais.

Com vista à segurança dos dados pessoais, o Instituto Politécnico de Santarém tem em curso ações técnicas que visam implementar as seguintes medidas:

- a) Restrições de acesso a dados pessoais, com base no critério da “necessidade de conhecer” bem como nas competências e atribuições de quem acede, aplicadas em estreita conformidade com o comunicado ao titular dos dados pessoais aquando da recolha dos mesmos;
- b) A transferência de dados pessoais através de canais de comunicação cifrados;
- c) O armazenamento de dados de categorias especiais é feito de forma cifrada, assim como as respetivas cópias de segurança;
- d) Proteção das infraestruturas tecnológicas com mecanismos técnicos e organizativos para evitar acessos não autorizados;
- e) Monitorização das infraestruturas tecnológicas, a vários níveis, como controlo de acessos, utilização indevida, e tráfego anormal, com o objetivo de prevenir, detetar e impedir o acesso não autorizado a dados pessoais.

SOBRE A COMUNICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS A OUTRAS ENTIDADES (TERCEIROS SUBCONTRATADOS)

O Instituto Politécnico de Santarém, no âmbito das suas atribuições, pode recorrer a terceiros subcontratados para a prestação de determinados serviços, permanecendo, no entanto, responsável pelos dados pessoais que disponibilize.



Quando o tratamento de dados for efetuado por subcontratado ou terceiro a quem sejam transmitidos dados, o Instituto Politécnico de Santarém verifica se este apresenta garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a que o tratamento satisfaça os requisitos da legislação em vigor e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados, sendo o titular dos dados informado previamente.

O tratamento nestes termos é regulado por contrato ou outro ato normativo, que vincula o subcontratado ou o terceiro às diretrizes estabelecidas pelo Instituto Politécnico de Santarém, enquanto entidade responsável pelo tratamento dos dados, e define o objeto e a duração desse tratamento, a natureza e finalidade do mesmo, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados e as obrigações e direitos do responsável pelo tratamento.

O contrato passará a estipular, designadamente, que o subcontratado ou terceiro:

- a) Apenas trate os dados pessoais transmitidos mediante instruções documentadas do Instituto Politécnico de Santarém, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegure que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumem um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adote as medidas de segurança mais adequadas;
- d) Apague ou devolve ao Instituto Politécnico de Santarém todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- e) Disponibilize ao Instituto Politécnico de Santarém todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente artigo e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
- f) Não poderá contratar outro subcontratado sem autorização do Instituto Politécnico de Santarém, devendo remeter-se o pedido ao responsável pelo tratamento de dados.

SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA FORA DE PORTUGAL

A prossecução de determinadas atribuições pelo Instituto Politécnico de Santarém pode implicar a transferência dos seus dados para fora de Portugal. Nestes casos, deve verificar-se, previamente, que o país ou o território para os quais transfere os dados garante um nível adequado de proteção de dados ou foram alvo de uma decisão de adequação por parte da União Europeia. Sendo o caso, Instituto Politécnico de Santarém deve cumprir, de forma rigorosa, as disposições legais aplicáveis, sendo o titular dos dados informado previamente.

SOBRE OS PORTAIS ONLINE DO IPSANTARÉM

O Instituto Politécnico de Santarém apresentará nos seus portais online uma declaração respeitante às práticas de privacidade relacionadas com o(s) portal(is). Constará dessa declaração a identificação dos dados recolhidos, informação técnica, bem como as garantias de segurança e confidencialidade exigidas pela Lei e pelos restantes direitos dos titulares dos dados.

O Instituto Politécnico de Santarém respeita o direito à privacidade e não armazena nos portais qualquer informação de carácter pessoal sem o consentimento dos titulares dos dados ou de forma ilícita.

Relativamente à recolha e utilização de informação técnica, os portais podem usar cookies, nomeadamente de sessão. A utilização de cookies é efetuada para o armazenamento de algum tipo de informação relativa à navegação no site e não permite identificar o utilizador, pelo que nunca conterão informações sobre dados pessoais. O utilizador pode optar por não receber cookies ou por ser informado acerca da sua fixação, mediante a configuração do seu navegador para tal efeito. O Instituto Politécnico de Santarém não se responsabiliza, no entanto, pelo facto da desativação dos mesmos impedir o bom funcionamento das páginas.

A informação técnica será utilizada apenas para finalidades estatísticas.

Ao utilizar os portais do Instituto Politécnico de Santarém o utilizador concorda com:

- ✓ Não interromper nem interferir com a segurança do portal;
- ✓ Não interromper nem interferir com os serviços, recursos de sistema, contas, servidores ou redes, ligados aos portais ou acessíveis através deles;

- ✓ Aceder a uma área/conta não autorizada e respetiva informação;
- ✓ Não usar nem tentar usar a conta, serviço ou sistema de terceiros sem a autorização do Instituto Politécnico de Santarém, nem criar ou usar uma identidade falsa nestes portais;
- ✓ Não transmitir, através destes portais, publicidade não desejada, correntes de cartas, correio impróprio ou qualquer outro tipo de correio massivo não solicitado a pessoas ou entidades que não tenham aceitado serem destinatárias dessas mesmas mensagens de correio;
- ✓ Não divulgar o seu nome de utilizador nem a sua senha de acesso a terceiros, tanto on-line como off-line;
- ✓ Não tentar obter um acesso não autorizado aos portais nem a partes dos portais que estejam limitadas ao acesso geral.

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO IPSANTARÉM

O Instituto Politécnico de Santarém reserva-se o direito de, em qualquer altura, proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DOS PORTAIS

Todos os textos, conteúdos e imagens deste portal pertencem ao Instituto Politécnico de Santarém, salvo indicação expressa.

Só podem ser descarregados ou copiados sem prévia autorização do Instituto Politécnico de Santarém se se destinarem a fins de ensino, administração e investigação do próprio Instituto ou para uso pessoal, não comercial.

O Instituto Politécnico de Santarém reserva-se o direito de aumentar, eliminar ou alterar as condições de uso dos seus portais a qualquer momento, sem aviso prévio, de forma a adaptá-lo a qualquer modificação decorrente da legislação em vigor ou de forma a garantir ou a melhorar a qualidade e eficácia dos portais.

O Instituto Politécnico de Santarém não se responsabiliza pelos erros, desatualizações ou danos que possam advir do acesso e/ou utilização dos portais ou ligações para que remete, já que não exerce qualquer controlo sobre os seus conteúdos.

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Presentemente, o Encarregado de Proteção de Dados do Instituto Politécnico de Santarém é o Doutor António José Carvalho Marques, administrador do Instituto.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

A política de privacidade e os avisos legais do presente site são executados de acordo com a legislação aplicável à matéria, em especial a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro) e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, podendo ser revistos ou modificados a qualquer momento, nomeadamente, por forma a serem adaptados à legislação vigente.

A utilização do portal é livre e gratuita e implica o cumprimento da política de privacidade e dos avisos legais nele constantes, bem como da legislação portuguesa aplicável.

Todos os conflitos que possam surgir como consequência da utilização dos portais do Instituto Politécnico de Santarém serão resolvidos de acordo com a legislação vigente em Portugal, sendo submetidos à jurisdição e competência dos tribunais da comarca de Santarém, renunciando-se expressamente a qualquer outro foro ou jurisdição.

QUESTÕES E SUGESTÕES

Para saber mais sobre a forma como o Instituto Politécnico de Santarém trata os seus dados pessoais, ou para esclarecer qualquer dúvida, apresentar uma reclamação ou comentário sobre matérias relativas a Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, enviar um pedido para **protecao.dados@ipsantarem.pt**.

